

A Dinâmica Da Criminalidade Na Tríplice Fronteira: Desafios Para A Segurança Nacional E Regional

Ana Kelly Viana¹; Patricia Gabriela Oliveira De Moura²;
Elson Pereira De Farias Júnior³; Francisco Lopes Batista;
Caio Cezar Sampaio Sobrinho Oliveira⁵; Antonio Oliveira De Carvalho⁶;
Dr^a. Andrea Lanza Cordeiro⁷

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)¹
(Alunos Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)²
(Alunos Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)³
(Alunos Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁴
(Alunos Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁵
(Alunos Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁶
(Professora Adjunta Da Escola Superior De Ciências Sociais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁷

Resumo:

Este estudo analisa a dinâmica do aumento da criminalidade na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, identificando os principais fatores que contribuem para esse fenômeno e propondo estratégias de mitigação. A pesquisa evidencia que fatores socioeconômicos, políticos e ambientais, como pobreza, desigualdade social, fragilidade institucional, fronteiras porosas e presença de organizações criminosas transnacionais, favorecem o crescimento das atividades ilícitas na região. Além disso, a limitada coordenação entre os países envolvidos dificulta ações conjuntas eficazes no combate ao crime organizado. A metodologia adotada combina análise qualitativa e quantitativa, com revisão bibliográfica, análise de dados secundários e estudos de caso, buscando subsidiar a formulação de políticas públicas e ações integradas de segurança. Os resultados apontam a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, ampliar a presença do Estado e promover ações socioeconômicas que reduzam a vulnerabilidade social, contribuindo para a segurança regional e a preservação da Amazônia

Palavras-chave: *Criminalidade; tríplice fronteira; segurança regional; crime organizado; cooperação internacional.*

Date of Submission: 01-08-2025

Date of Acceptance: 11-08-2025

I. Introdução

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a região da Tríplice Fronteira, localizada nos limites entre Brasil, Peru e Colômbia, sendo a região conhecida por sua área de grande relevância estratégica, econômica e cultural, em razão da sua localização no espaço geográfico, bem como a convivência dos povos e nacionalidades diferentes. Embora a riqueza cultural e econômica que essa diversidade proporciona para a região, o fato é que, isso também traz grande contribuição para o crescimento de atividades ilícitas, tais como: tráfico de drogas, armas, contrabando de bens, lavagem de dinheiro e ainda imigração irregular. E são esses fatores que impulsionam o crescimento da criminalidade, representando assim, um grave desafio para a segurança nacional e regional. (Couto, 2022).

Esse fenômeno, para que seja bem compreendido, demanda que façamos a observação apurada dos fatores que envolvem o crescimento da criminalidade na tríplice fronteira amazônica. Fatores esses que podemos destacar como principais: a imensa faixa territorial, que dificulta a fiscalização; fronteiras permeáveis e flexíveis que facilitam o ingresso de atividades ilegais; além da falta de aparato das instituições de segurança pública, que as tornam frágeis diante desse desafio. A instalação de organizações criminosas em nível transnacional, com mecanismos sofisticados e muito bem articulados, tem grande parcela de contribuição na perpetuação da criminalidade na região. (UNODC, 2022).

Além disso, a limitada coordenação entre os países das fronteiras, agravam o problema na medida em que os acordos de cooperação, ainda que existentes, têm sua implementação insuficiente ou ineficaz no combate a atividade criminosa, dadas as diferenças políticas, problemas de logística e limitações tecnológicas. Logo, embora haja esforços voltados a combater as atividades ilícitas na região, as ações conjuntas que possam realmente reduzir a incidência de crimes continua apresentando-se como um desafio a ser enfrentado.

Fatores socioeconômicos

Pobreza e Desigualdade Social:

A pobreza é fator central nesse contexto: segundo o IBGE (2022), cerca de 25% da população amazônica vive nessa condição, índice superior à média nacional. A falta de oportunidades formais e de perspectivas facilita o aliciamento por organizações criminosas, perpetuando ciclos de exclusão social (MEC, 2022). A baixa escolaridade e a escassez de empregos reforçam essa vulnerabilidade, levando muitos a buscar no crime uma alternativa de renda (ONU, 2020).

Baixa escolaridade:

A educação insuficiente também contribui para a vulnerabilidade social na região. O MEC (2022) aponta que aproximadamente 8% da população é analfabeta, índice que reflete um déficit educacional significativo. A baixa escolaridade limita o acesso a postos de trabalho formais e reduz as chances de ascensão socioeconômica, perpetuando ciclos de exclusão que favorecem a adesão a atividades ilegais. A deficiência no nível de escolaridade também reduz a capacidade de planejamento e de implementação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento comunitário.

Desemprego:

As taxas de desemprego na Amazônia, que variam de 12% a 15% segundo o IBGE (2021), revelam a escassez de oportunidades de trabalho formal. Diante dessa realidade, parte da população vê nas atividades ilícitas uma forma de garantir renda, o que fortalece redes criminosas já estabelecidas e amplia a insegurança na região, como o tráfico de drogas ou a exploração de recursos naturais de forma ilegal. Além disso, a elevada taxa de desemprego impulsiona migrações de caráter muitas vezes irregular, em que famílias e indivíduos deixam suas comunidades de origem na busca por inserção no mercado de trabalho, muitas vezes sem garantias de estabilidade ou regularidade na nova localidade.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos na região amazônica

INDICADORES	BRASIL (2021)	PERU (2022)	COLÔMBIA (2022)
POBREZA (%)	25% (POBREZA) 8% EXTREMA	30-40%	>(40)%
ANALFABETISMO (%)	8-10%	15-20%	10-15%
DESEMPREGO (%)	12-15%	8-12%	15%

Fonte: IBGE (Brasil) 2021, INEI (Peru)2022, DANE (Colômbia) 2022.

Migração desordenada

A interação entre pobreza, déficit educacional e desemprego impulsiona fluxos migratórios desordenados dentro da Amazônia. Muitas famílias deixam suas localidades em busca de melhores condições de vida, mas, ao chegarem a novos destinos, enfrentam precariedade habitacional e falta de integração social. Esse deslocamento irregular sobrecarrega serviços públicos, intensifica a vulnerabilidade social e, indiretamente, amplia o campo de atuação de organizações criminosas.

Fatores políticos e institucionais

Politicamente, a fragilidade das instituições na região é outro elemento que favorece a criminalidade. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP, 2022) revelam que a relação Polícia/População na Amazônia é de aproximadamente 0,7 policiais por 1.000 habitantes, valor insuficiente para garantir uma segurança efetiva. Tal cenário permite que organizações criminosas operem livremente, controlando rotas de tráfico e esconderijos naturais na floresta densa. Além disso, a corrupção endêmica e a influência de interesses políticos dificultam a implementação de políticas públicas eficazes e a cooperação internacional na repressão ao crime organizado. (OECD, 2020).

Outro aspecto relevante é a corrupção persistente, somada a divergências políticas entre os países que compartilham a tríplice fronteira, representa um sério desafio à execução de ações conjuntas contra o crime organizado. Obstáculos jurídicos, incompatibilidades legislativas e preocupações com a soberania nacional limitam a eficácia das estratégias multinacionais. Essa falta de alinhamento resulta em operações fragmentadas e reduz o potencial das iniciativas voltadas ao enfrentamento das redes criminosas transnacionais.de repressão ao crime organizado.

Fatores ambientais e sua contribuição ao crime organizado

As principais vias fluviais — como os rios Amazonas, Putumayo e Napo — funcionam como corredores estratégicos para o tráfico e o contrabando entre os países da região (Rodrigues & Almeida, 2018). A geografia complexa fornece esconderijos naturais e dificulta a fiscalização, permitindo que grupos criminosos utilizem essas rotas como pontos de entrada e fuga.

Além disso, a floresta abriga atividades ilegais de extração de madeira, mineração e desmatamento, muitas vezes associadas ao narcotráfico. Essas práticas geram lucro para as mesmas organizações que controlam o comércio ilícito de drogas e armas, fortalecendo financeiramente suas operações e expandindo seu domínio territorial. Essa exploração predatória, além de degradar o meio ambiente, perpetua o ciclo de violência e criminalidade na região.

Crimes na região da tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia

Tráfico de drogas

Dentre os principais crimes que predominam na região, destaca-se o tráfico de drogas, reconhecido por ser uma das atividades criminosas mais lucrativas, e que contribui para a perenização da violência. De acordo com o Relatório Mundial de Drogas 2023 da UNODC, a América do Sul, nisso incluindo a Tríplice Fronteira, estabelece uma rota transporte fundamental para o transporte de cocaína, com o Brasil figurando como destino e ponto de trânsito.

Vale destacar que a Polícia Federal fez a apreensão de 730 toneladas de cocaína entre 2013 e 2023. No período correspondente, o crescimento das apreensões foi de 73,7%, de acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. Observa-se que essas redes criminosas operam de maneira sofisticada, utilizando rotas clandestinas e estratégicas para ocultar a droga e evitar fiscalização, levando a dificuldade do combate efetivo por parte das autoridades.

Contrabando de bens e armas

Além do tráfico de drogas, o contrabando de bens e armas na fronteira é uma atividade ilícita bastante presente e organizada por redes criminosas que operam de forma sistemática na região. Destaca-se que, essas redes se aproveitam da fragilidade do controle aduaneiro e da fiscalização na fronteira, escassa e sem efetividade, o que facilita a entrada e saída de produtos ilegais. Conforme dados da Polícia Federal do Brasil, em 2022, aproximadamente 15 mil armas de fogo ilegais foram apreendidas na fronteira brasileira, muitas das quais estão interligadas ao contrabando de eletrônicos, cigarros, bebidas alcoólicas e outros produtos de consumo. (Polícia Federal, 2023). Essa atividade ilícita não apenas alimenta a violência local, mas também contribui para o aumento da criminalidade armada, dificultando a manutenção da ordem pública na região. Por exemplo, o contrabando de armas, alimenta grupos criminosos que atuam em diferentes áreas, incluindo o tráfico de drogas, roubos e sequestros, o que agrava o cenário de insegurança (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Outrossim, a presença de armas ilegais aumenta o risco de confrontos armados e de ações violentas, causando impacto direto na vida da população local.

Lavagem de dinheiro e os crimes financeiros

A lavagem de dinheiro e os crimes de natureza financeira representam uma preocupação que vem crescendo naquela região também. Essas operações suspeitas de lavagem de dinheiro aumentaram em 25% em 2022, de acordo com dados do Banco do Brasil e do Ministério da Justiça, o que indica uma forte relação entre as atividades ilícitas e o sistema financeiro formal, visto que essas operações facilitam a circulação de recursos provenientes do tráfico e do contrabando, tornando difícil o rastreamento e combate às organizações criminosas.

Regiões fronteiriças na Amazônia, como Letícia, Tabatinga e Santa Rosa do Yavari, são particularmente vulneráveis à infiltração financeira de grupos criminosos que usam empresas de fachada, tráfico de madeira ilegal, mineração e pesca — operações que funcionam como “canais de lavagem” dos recursos obtidos com drogas. Fazendo uso de atividades como mineração ilegal, extração de madeira e pesca as organizações criminosas não apenas geram renda, como também promovem o **narcodesmatamento**, fazendo com que recursos provenientes do tráfico sejam integrados ao sistema financeiro por meio de negócios aparentemente legais. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2023).

Estratégias atuais de combate à criminalidade na região da tríplice fronteira amazônica e proposta de ações integradas

A criminalidade na região da Tríplice Fronteira Amazônica apresenta uma complexidade que demanda ações coordenadas e eficientes entre Brasil, Peru e Colômbia. Embora os países em tela, tenham adotado várias estratégias, muitas delas enfrentam limitações que prejudicam os resultados.

O Brasil tem intensificado as operações conjuntas entre a Polícia Federal, Polícia Militar e Forças Armadas, além de fortalecer o projeto Amazônia Segura com tecnologia de monitoramento satelital e vigilância eletrônica. No entanto, a vasta extensão territorial e a falta de recursos e infraestrutura limitam a eficácia dessas ações. O país também mantém cooperação internacional com a Organização Internacional de Polícia Criminal-INTERPOL e a Organizações do Estados Americanos - OEA para troca de informações e ações coordenadas. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2022)

O Peru tem dentre suas prioridades a repressão ao tráfico de drogas, eliminando plantações de coca e colaborando com a DEA, porém, enfrenta desafios logísticos e corrupção que prejudicam o controle das fronteiras. Concomitantemente, investe em programas sociais para combater as causas socioeconômicas da criminalidade. (INPE, 2021)

A Colômbia tem uma vasta experiência no que tange a operações contra grupos paramilitares e narcotraficantes, como o Plano de Fronteiras, mas a presença de grupos armados ilegais, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC e o Exército de Libertação Nacional - ELN, continua sendo uma ameaça. A cooperação internacional é crucial, mas a complexidade do terreno e as limitações logísticas dificultam o controle das fronteiras.

Apesar das iniciativas, as estratégias atuais enfrentam limitações significativas, como a vasta extensão territorial, dificuldades logísticas, recursos insuficientes e corrupção. É de vital importância desenvolver estratégias mais integradas e coordenadas para enfrentar essas adversidades.

No âmbito socioeconômico, é fundamental implementar ações de inclusão social, educação e geração de empregos em regiões vulneráveis para combater o crime organizado. Projetos cuja finalidade seja o desenvolvimento sustentável e alternativas econômicas legítimas também são essenciais. Para garantir a eficiência dessas medidas, é necessário fortalecer as instituições de segurança, capacitar os agentes e criar mecanismos de controle e transparência para prevenir a corrupção. Além disso, a participação dos comunitários é vital, e pode ser fomentada por meio de campanhas de conscientização e incentivos à denúncia, envolvendo a população local na vigilância participativa.

De acordo com a UNODC (2023), a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia é atualmente a segunda maior rota de exportação de cocaína para a Europa, após a fronteira entre Colômbia e Venezuela. Estima-se que 45% da cocaína produzida no Peru e na Colômbia utilize essa rota, passando por portos brasileiros como Santos, Itajaí e Manaus, antes de seguir para a Europa e América do Norte. Esse cenário é semelhante ao da fronteira entre México e EUA, onde a porosidade territorial, fragilidade institucional e o poder das organizações criminosas dificultam o controle estatal. Em ambos os casos, há conexões diretas com redes transnacionais de lavagem de dinheiro e corrupção, o que exige respostas coordenadas e eficazes, conforme destacado no relatório da UNODC (2023).

Em 2023, o Brasil realizou operações conjuntas com a Colômbia e o Peru para combater o tráfico de drogas e outros crimes na região amazônica. Uma dessas operações batizada como “**Escudo da Amazônia**”, obteve como resultado a apreensão de **6 toneladas de cocaína, 200 embarcações ilegais** e na prisão de **93 indivíduos** ligados a redes de tráfico. No mesmo ano, Brasil e Peru executaram a **Operação Nauta Livre**, desarticulando **cinco grupos** especializados em contrabando de armas e munições (UNODC, 2023).

A criação de um Acordo de Cooperação Jurídica Trinacional entre Brasil e Colômbia pode ser um passo importante para superar os entraves jurídicos que dificultam a punição de criminosos capturados fora do país de origem. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Brasil e a Colômbia possuem uma relação bilateral robusta, com 161 acordos bilaterais firmados, dos quais 141 estão em vigor. Esses acordos abrangem diversas áreas, incluindo comércio, segurança cibernética, defesa e cooperação fronteiriça. Contudo, a ausência de tratados de extradição simplificados e as diferenças nas legislações penais ainda representam desafios significativos.

III. Metodologia

Para que fossem alcançados os objetivos deste estudo, foi adotada uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e quantitativa, para permitir uma análise abrangente e multifacetado da criminalidade na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: Revisão bibliográfica e documental onde foram analisadas obras acadêmicas, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados por organizações nacionais e internacionais, como IBGE, UNODC, INTERPOL, Polícia Federal, entre outros. Essa etapa possibilitou compreender o estado da arte sobre criminalidade transfronteiriça, cooperação internacional e fatores socioeconômicos relacionados ao fenômeno.

Análise de dados secundários, com a utilização de dados estatísticos atualizados sobre pobreza, analfabetismo, desemprego, apreensões de drogas e armas, entre outros indicadores relevantes. As fontes incluíram bases públicas de dados do IBGE (Brasil), INEI (Peru), DANE (Colômbia) e relatórios das Forças de Segurança. Essa análise permitiu identificar padrões e tendências na incidência de crimes, bem como avaliar o impacto socioeconômico da criminalidade na região.

Foram selecionadas localidades estratégicas como Tabatinga (Brasil), Leticia (Colômbia) e Santa Rosa do Yavarí (Peru), consideradas pontos críticos da criminalidade transfronteiriça. A partir disso, buscou-se uma análise comparativa entre as políticas adotadas por cada país, considerando seus desafios, estratégias e resultados no enfrentamento ao crime organizado. A triangulação desses métodos — revisão teórica, análise estatística e estudos de caso — permitiu maior aparato à pesquisa, viabilizando a formulação de propostas integradas de segurança pública e cooperação internacional, com base em evidências empíricas e teóricas.

IV. Resultados

O estudo da criminalidade na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia evidenciou que a combinação de fatores socioeconômicos, políticos e ambientais favorece o crescimento do crime organizado, dificultando a estabilidade regional e obstando o enfrentamento pelas instituições de segurança pública. Aspectos socioeconômicos como pobreza, desigualdade social e falta de oportunidades econômicas acentuam a fragilidade das comunidades locais e facilitam a afiliação de jovens por organizações criminosas. A migração desordenada e a exploração de recursos naturais acentuam a situação, contribuindo para o aumento de crimes como tráfico de drogas e armas, contrabando e lavagem de dinheiro, além de elevados níveis de violência em áreas fronteiriças.

A fragilidade das estruturas de segurança e a limitada coordenação internacional dificultam uma resposta efetiva ao crime organizado transnacional. Embora existam acordos de cooperação, obstáculos políticos, logísticos e tecnológicos impedem ações conjuntas. A cooperação regional e internacional é vital para fortalecer as estratégias de segurança, necessitando maior alinhamento de esforços, troca de informações e operações coordenadas.

A criminalidade na Tríplice Fronteira Amazônica é um fenômeno complexo que requer uma abordagem multidisciplinar e coordenada entre os países envolvidos. A cooperação internacional, desenvolvimento social, fortalecimento institucional e o envolvimento da sociedade civil são essenciais para reduzir crimes, promover segurança e garantir desenvolvimento sustentável, além de preservar o bioma amazônico e proteger suas populações.

Nesse diapasão, propõem-se estimular a cooperação internacional com uma força-tarefa binacional ou trinacional, operações conjuntas e uma central de troca de informações em tempo real. Além disso, a harmonização de legislações e investimentos em tecnologias avançadas, como satélites, drones e inteligência artificial, podem melhorar a fiscalização em áreas remotas e facilitar ações coexistentes.

V. Considerações Finais

Este estudo visou aprofundar a compreensão dos fatores que impulsionam a criminalidade na Tríplice Fronteira, abordando aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais. Além disso, pretende descrever a cooperação internacional existente, identificando limitações e potencialidades, para propor estratégias integradas de segurança, desenvolvimento social e preservação ambiental.

Os resultados desta pesquisa também devem servir como base para políticas públicas eficazes com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade social, fortalecer a presença do Estado e promover ações coordenadas entre os países. Além disso, busca demonstrar a importância de tecnologias de vigilância e fiscalização no combate ao crime organizado transnacional, colaborando para reduzir crimes como tráfico, contrabando e lavagem de dinheiro.

Em síntese, o estudo buscou estabelecer um diálogo convicto entre atores regionais e internacionais, reforçando a cooperação para garantir segurança, justiça social e sustentabilidade ambiental na Amazônia. Assim, se pretende contribuir para um ambiente mais seguro, justo e sustentável na fronteira, protegendo o bioma amazônico e promovendo estabilidade.

Referências Bibliográficas

- [1] Banco Central Do Brasil. (2023). Relatório De Operações Suspeitas De Lavagem De Dinheiro - 2022. Brasília: Banco Central.
- [2] Brasil. Ministério Da Justiça E Segurança Pública. Relatório De Segurança Pública 2022. Brasília: Ministério Da Justiça E Segurança Pública, 2023. Disponível Em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seguranca-publica>. Acesso Em: 2 Ago. 2023.
- [3] Brasil. Ministério Da Educação. Dados Educacionais Da Região Amazônica. Brasília: Ministério Da Educação, 2022. Disponível Em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso Em: 2 Ago. 2023.
- [4] Couto, Ana Paula. A Criminalidade Na Tríplice Fronteira: Desafios E Estratégias De Segurança. Revista De Segurança Pública, V. 15, N. 2, P. 45-67, 2022.
- [5] Dantas, José. Desmatamento, Crime Organizado E Segurança Na Amazônia. Revista De Geopolítica, V. 9, N. 2, P. 89-106, 2022.
- [6] Faria, Wagner. Organizações Criminosas Na América Do Sul: Dinâmica, Estratégias E Cooperação Internacional. Revista Brasileira De Segurança Pública, V. 18, N. 3, P. 123-142, 2021.
- [7] Fórum Brasileiro De Segurança Pública. (2023). Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2023. Disponível Em: <https://forumseguranca.org.br/anuario>
- [8] Gomes, Carla. Coordenação Internacional E Cooperação Policial Na Fronteira Amazônica. Revista De Relações Internacionais, V. 17, N. 2, P. 134-150, 2023.
- [9] Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (Ibge). Tabatinga (Am): Dados Municipais — Idhm: 0,616 (Padrão Censo 2010, Atlas Brasil-Pnud). Disponível Em: Portal “Cidades E Estados”. Acesso Em: 31 Jul. 2025
- [10] Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (Ibge). Indicadores De Pobreza Na Amazônia Brasileira. Rio De Janeiro: Ibge, 2022. Disponível Em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso Em: 2 Ago. 2023.
- [11] Instituto Nacional De Estatística E Informação (Inei-Peru). Relatório De Criminalidade E Violência No Peru 2023. Lima: Inei, 2023.
- [12] Interpol. Relatório Sobre Cooperação Internacional Na América Do Sul. Genebra: Interpol, 2023.
- [13] Mec – Ministério Da Educação. Dados Educacionais Da Região Amazônica. Brasília: Mec, 2022. Disponível Em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso Em: 2 Ago. 2023.
- [14] Ministério Da Justiça E Segurança Pública. (2023). Relatório De Operações De Lavagem De Dinheiro - 2022. Brasília: Ministério Da Justiça.

- [15] Moraes, Rodrigo. A Dinâmica Do Tráfico De Drogas Na Fronteira Amazônica. Revista De Estudos Regionais, V. 12, N. 1, P. 45-60, 2020.
- [16] Nations United, Onu. Relatório De Desenvolvimento Humano 2020: Desigualdades No Mundo. Nova York: Onu, 2020.
- [17] Observatório Das Migrações Internacionais. Migração Na Amazônia: Tendências E Impactos. Brasília: Observatório Das Migrações Internacionais, 2023.
- [18] Polícia Federal Do Brasil. (2023). Relatório Anual De Apreensões De Armas E Bens Na Fronteira. Brasília: Polícia Federal.
- [19] Polícia Nacional Da Colômbia. Relatório Anual De Criminalidade Na Fronteira Colombiana. Bogotá: Polícia Nacional Da Colômbia, 2023.
- [20] Receita Federal. Relatório De Apreensões De Drogas E Armas Na Fronteira Brasil-Colômbia 2023. Brasília: Receita Federal, 2023.
- [21] Rodrigues, A., & Almeida, B. (2018). As Vias Flúvias Na Região Amazônica: Estratégias E Desafios. Revista De Geografia Regional, 12(3), 45-60.
- [22] Senad (Secretaria Nacional De Políticas Sobre Drogas). (2023). Relatório De Apreensões De Drogas Na Região Da Tríplice Fronteira. Brasília: Senad.
- [23] Unodc (Escritório Das Nações Unidas Sobre Drogas E Crime). (2022). Relatório Mundial De Drogas 2022. Viena: Unodc.
- [24] Unodc (Escritório Das Nações Unidas Sobre Drogas E Crime). (2023). Relatório Mundial De Drogas 2023. Viena: Unodc.
- [25] World Bank. Desenvolvimento Econômico E Desigualdade Na Amazônia. Washington, D.C.: World Bank, 2021. Disponível Em: <https://www.worldbank.org>. Acesso Em: 2 Ago. 2023.